
EDITORIAL

1. *As evoluções em curso na Europa e na África Austral são os dois acontecimentos de maior relevo na cena internacional susceptíveis de mais profundamente afectarem a política externa portuguesa e de condicionarem os objectivos, a postura e as possibilidades nacionais. A evolução na Europa reflectir-se-á, de forma mais ou menos significativa, na política de defesa nacional; o estudo e debate das potenciais consequências naquela política vão ser objecto de um Seminário, neste Instituto, de cujas conclusões se dará oportunamente conhecimento nesta Revista. Quanto à evolução na África Austral, também poderá ter efeitos na defesa nacional: no mínimo, abre ou consolida perspectivas de cooperação militar com Moçambique, Angola e S. Tomé e Príncipe.*

Mas, apesar do relevo daquelas duas evoluções, outras tendências se observam, a nível internacional, merecedoras de uma cuidada atenção no âmbito da estratégia e da defesa nacional. Entre outras, salientamos, por menos abordadas,

- a evolução na tecnologia dos armamentos;*
- a corrida aos armamentos no Médio Oriente;*
- a evolução demográfica na bacia do Mediterrâneo.*

2. *As novas tecnologias dos sistemas de armas parecem privilegiar três direcções, através de esforços nos domínios da recolha, integração e processamento da informação, da polarização da energia e dos materiais de revestimento: armas «limpas»; precisão «cirúrgica», que permita reduzir os danos colaterais e os efeitos indesejáveis; capacidade de penetração, em segredo, dos sistemas de defesa adversos. Tal representa uma mutação em relação às concepções dominantes nas últimas*

décadas, baseadas na potência do explosivo nuclear. Sem os efeitos catastróficos dos meios nucleares, os novos sistemas de armas tendem a tornar, novamente, a guerra mais razoável e racional, como instrumento da política, e, conseqüentemente, mais provável. No campo da teoria, a estratégia operacional tomará novamente o passo em relação à estratégia de dissuasão, prevalecente após a Segunda Guerra Mundial, e com um retorno, por assim dizer, à estratégia clássica. Por outro lado, os novos sistemas de armas tornarão obsoletos grande parte dos equipamentos actualmente existentes e muitas das doutrinas militares em vigor. É neste quadro que devem ser interpretadas algumas propostas de redução de armamentos, aparentemente espectaculares, no âmbito das negociações, em Viena, sobre controlo de armamentos. Além disso, os países envolvidos, como Portugal, num processo de reequipamento militar, devem estar atentos a esta evolução, para que não adquiram, ou recebam, o que será «sucata» num futuro próximo. E tal aspecto tem pouco a ver com a idade dos equipamentos: no princípio do século, a cavalaria tradicional, ainda que dotada com os melhores cavalos, tornou-se obsoleta com o aparecimento da metralhadora.

3. A corrida aos armamentos que se verifica em alguns países árabes (v. g., Iraque e Líbia), com o desenvolvimento de mísseis de curto e médio alcance e esforços evidentes tendo em vista a obtenção de armas de destruição maciça, quer nucleares, quer químicas e bacteriológicas, pode tornar explosiva a situação numa área estrategicamente crítica, a que as grandes potências não são indiferentes.

É muito provável que Israel tente lançar ataques preventivos e preemptivos sobre as instalações de natureza nuclear e produtoras de agentes químicos, bem como as produtoras de mísseis, numa atitude semelhante à que se verificou em 1981 contra instalações iraquianas vitais para a produção de engenhos nucleares. Israel tem estado a produzir milhares de máscaras de gás, que começou a distribuir à sua população. É de admitir que uma acção israelita, a verificar-se, conte com o apoio

ou a compreensão de grande parte dos países exteriores ao mundo árabe, por poder ser apresentada como preventiva. Por outro lado, é também de admitir que o Iraque não fique passivo e se antecipe a, ou retalie contra, qualquer acção de Israel, recorrendo aos sistemas de destruição em massa de que dispuser. Como Israel dispõe, provavelmente, de armas nucleares, não é de excluir a hipótese de um conflito nuclear, na região, através de um processo de escalada. Dados os interesses dos EUA na região e a posição geoestratégica de Portugal, a situação no Médio Oriente pode afectar, muito significativamente, a defesa nacional.

4. Finalmente, a situação demográfica na bacia do Mediterrâneo tem vindo a alterar-se de forma acelerada. Historicamente, a Europa do Sul foi francamente mais povoada que o Norte de África e a relação ainda há poucos anos era favorável à Europa latina; actualmente, a situação já se encontra invertida, tendendo o desequilíbrio a acentuar-se rapidamente, devido às grandes diferenças que se verificam nas taxas de crescimento demográfico em ambas as margens do Mediterrâneo. Com uma pressão demográfica a Sul, as riquezas a Norte e o Mediterrâneo transformado num «lago», em face dos novos meios de transporte, gerar-se-ão correntes migratórias clandestinas de elevada amplitude, geradoras de graves fenómenos sociais (do desemprego ao racismo), susceptíveis de diversas repercussões políticas e também com reflexos no domínio da defesa nacional. Por exemplo, a Itália começa já a inquietar-se, de forma evidente, com o problema (e este ainda está no princípio...), havendo já tomadas de posição quanto a um eventual recurso às Forças Armadas, com vista a um mais eficaz controlo das fronteiras, em especial das marítimas, em reforço e apoio das autoridades policiais.

E não é de pôr de lado a hipótese de na Europa desenvolvida, face a pressões no mercado do trabalho provocadas por emigrantes clandestinos, virem a surgir movimentos populares contra emigrantes estrangeiros, encabeçados por correntes sindicalistas defensoras dos trabalhadores nacionais. A associa-

ção de um certo sindicalismo ao nacionalismo xenófobo tenderia a reproduzir situações conhecidas na Europa nas décadas de vinte e trinta.

Portugal não pode deixar de estar atento a um fenómeno que pode atingir tais dimensões e características, tanto mais que poderá vir a ser encarado como destino de recurso de correntes que sejam expulsas ou afastadas de outros países da Europa desenvolvida.